



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional  
da Infância e Juventude

Procuradoria de Justiça Especializada  
de Defesa da Criança e do Adolescente

**BOLETIM**

**INFORMATIVO**

(65) 3611-2664. Ramal 3098. [cao.infancia@mpmt.mp.br](mailto:cao.infancia@mpmt.mp.br)

**MPMT**

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Cuiabá/MT  
2021

# Informativo da Infância e Juventude

| edição 04 |

# SUMÁRIO

- 1** Tribunais Superiores
- 2** MPMT e outros MPs
- 3** TJMT e outros TJs
- 4** CNMP
- 5** CNJ
- 6** Materiais Diversos

**Equipe do Cao**

- ↳ **Nilton César Padovan** – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude
- ↳ **Valnice Silva dos Santos** – Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO Infância e Juventude
- ↳ **Rita de Cássia Arnaut Amadio** – Analista Jurídica
- ↳ **Bianca Aparecida Wuerzius Rios** – Auxiliar Ministerial

**Parceiro**

- ↳ **Paulo Roberto Jorge do Prado** – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

# 1 Tribunais Superiores



## STF

- Limitação territorial da eficácia de sentença em ação civil pública é inconstitucional
- CASO ISABELE: Ministro do STF mantém internação de adolescente que matou amiga
- STF fará audiência pública sobre domiciliar a responsáveis de crianças
- Redução de licença-maternidade para militares adotantes é inconstitucional

## STJ

Omissão dos pais sem nexo de causalidade com a morte da filha não caracteriza homicídio culposo

Prazo para cumprimento da primeira fase da prestação de contas tem início com intimação da defesa

Controvérsia sobre competência para ações relacionadas à saúde pública em MT será resolvida em IAC

STJ admite rescisão de sentença de adoção de menor que se arrependeu e fugiu

STJ decidirá se mãe, que não é inventariante, poderia ter contratado advogados para filhos



**Jurisprudência STJ - Adoção. Utilização de nome afetivo de criança em processo de adoção. Impossibilidade**



**STJ afasta irrevogabilidade da adoção em nome do melhor interesse de adolescente**



**Nova edição da revista Panorama STJ reúne especiais publicadas em 2018 - Adoção à Brasileira etc.**



**Presença dos pais dispensa autorização judicial em contrato de gestão de carreira de atleta relativamente incapaz**



**Criança com nome de anticoncepcional poderá alterar registro, decide STJ**



**Jurisprudência do STJ - Pesquisa pronta: 40 acórdãos encontrados sobre a temática: Paternidade. Investigação. Exame de DNA. Recusa: Paternidade Presumida?**



**STJ presume parentesco após recusa de herdeiros a fazer exame de DNA; nova lei dispõe sobre investigação de paternidade**



# 2

# MPMT e outros MPs



**MPMT**

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Após recomendação do MPMT

## Rondonópolis retomará entrega de kits alimentação e pedagógico

A Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis (a 212km de Cuiabá) informou, nesta terça-feira (06), que em atendimento à recomendação do Ministério Público de Mato Grosso, retomará a distribuição de kits alimentação e kits escolares pedagógicos a todos os alunos da rede municipal de ensino durante o período de quarentena coletiva.

Sistema de Garantia de Direitos

## Avanços e desafios da Lei da Escuta Protegida foram debatidos em webinar

Com recorde de público simultâneo em evento online promovido pelo Ministério Público de Mato Grosso, o webinar “Desafios para Implantação da Escuta Especializada, do Depoimento Especial e do Fluxograma para Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência” debateu a Lei nº 13.431/17, conhecida como Lei da Escuta Protegida, e o Decreto nº 9.603/2018, que a regulamenta. Os palestrantes convidados, promotores de Justiça Denise Casanova Villela (MPRS) e Rodrigo Medina (MPRJ), detalharam os principais artigos das normativas, apresentaram conceitos, relataram as experiências em seus estados e destacaram as inovações e os desafios impostos pela legislação.

### MT lançou Protocolo Integrado de Atendimento para evitar revitimização

Resultado de uma ação conjunta entre a Rede Protege Cuiabá, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e o Governo do Estado, a padronização do atendimento visa assegurar a aplicação da Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência, criando mecanismos para prevenir e coibir a violência.

[Confira aqui o Protocolo Integrado](#) 

### Violência contra criança: sociedade precisa se preparar para “revelação espontânea”

Antes de um caso de violência contra criança ou adolescente chegar ao conhecimento das autoridades, normalmente, a vítima conta sobre o abuso sofrido para alguém próximo, com quem se sente confortável para se abrir. É o que os especialistas chamam de “revelação espontânea”.

## Vamos Fazer Bonito?

### MPMT debateu combate ao abuso sexual e rede de proteção em live

Com objetivo de debater o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, o fortalecimento da rede de proteção da infância e juventude e o Plano Decenal de Medidas Socioeducativas, a Associação para Desenvolvimento Social dos Municípios de Mato Grosso (APDM) promoveu, em parceria com o Ministério Público do Estado, a live “Vamos fazer bonito?”.

## Respeito e Responsabilidade

### MPMT adere ao Movimento Maio Amarelo 2021

A partir do dia 06/05 o Ministério Público do Estado de Mato Grosso divulgará semanalmente em suas plataformas digitais as peças publicitárias relativas ao Movimento Maio Amarelo 2021. O objetivo é chamar a atenção da sociedade para um trânsito mais respeitoso e responsável.

## Conscientização

### MPMT participou de Seminário Virtual da Adoção

O evento, que foi aberto ao público com transmissão ao vivo pelo YouTube, contou com a participação de profissionais ligados à adoção, membros do MPMT, magistrados e defensores públicos.



## **MPMS**

- Após acordo com o MPMS, Município de Dourados implementa CAPS infantojuvenil Infância e Juventude
- Projeto “Dar à Luz”, que garante à mãe o direito de entregar o filho para adoção, é lançado em Dourados
- Ponto de Vista: A guarda compartilhada de filhos sob o comando da Lei n. 13.058/14 – sua “imposição” quando da falta de consenso entre os pais em contraposição ao superior interesse dos menores (SIM)

## **MPAM**

- Justiça condena Governo do AM a construir unidade socioeducativa em Eirunepé

## **MPGO**

- Fluxos e protocolos de atuação do Fortalecendo Redes querem aprimorar proteção à criança e ao adolescente

## **MPPA**

- Promotoria da Infância e Juventude busca meios de executar ensino remoto para socioeducandos

## **MPDFT**

- MPDFT oferece curso sobre direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual
- MPDFT busca saídas não judiciais para proteção de direitos

## **MPSP**

- Sarrubbo reforça importância de atuação integrada contra trabalho infantil
- Liminar obtida pelo MPSP suspende conselheiro tutelar por condutas incompatíveis

## **MPCE**

- MPCE realiza palestra sobre adoções ideais e tardias
- MPCE recomenda que Conselho Tutelar de Madalena estabeleça um padrão de atuação nos encaminhamentos de casos e respostas de ofícios ao órgão

## **MPGO**

- **MPGO orienta conselheiros tutelares da comarca de Rialma sobre requerimentos de acesso a documentos**
- **MP-GO lançou cartilha sobre combate ao abuso e exploração sexual de crianças em live no dia 18 de maio**

## **MPRJ**

- **MPRJ obtém instalação de câmeras em unidade do Degase em Volta Redonda**
- **MPRJ instaura inquérito civil para apurar ilegalidades em visitas realizadas por vereador a unidades de acolhimento de crianças e adolescentes**
- **Assista o Seminário promovido pelo MPRJ - Seminário virtual com palestras sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes: Caminhos de Proteção e Prevenção**

## **MPBA**

- **Campanha contra violência sexual a crianças e adolescentes aposta no celular para ampliar voz das vítimas**

## **MPTO**

- **Liminar obtida pelo MPTO determina transferência de adolescente com lúpus para leito de UTI**

## **MPRS**

- **Instituições lançam projeto de acesso às aulas remotas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em Guaíba**

## **MPSE**

- **Projeto Paternidade Responsável do MPSE será apresentado à comunidade escolar em encontro virtual promovido pela Seduc**

## **MPPR**

- **MPPR denuncia professor por crimes sexuais praticados contra crianças**

## **MPPR**

- **Edição esclarece como denunciar violência doméstica contra criança**

- Acordos de Não Persecução Penal e Cível resultam na entrega de itens ao Conselho Tutelar e à Polícia Militar
- Reunião virtual debateu situação de crianças venezuelanas nos municípios



- Interesse Público traz alerta sobre pedofilia virtual
- MPF volta a defender prazos iguais para licenças de gestante e adotante
- MPF pede cumprimento de sentença contra emissora de TV do Amapá condenada por danos morais coletivos. TV Tucuju terá que pagar R\$ 20 mil pela transmissão de imagens de violência em horário acessível a crianças e adolescentes
- Lançado e-book com produções artísticas de jovens do sistema socioeducativo da Paraíba



**COMPARTILHAR  
FOTOS ÍNTIMAS DE  
ADOLESCENTES NA  
INTERNET, TAMBÉM  
É PEDOFILIA!**



**É VIOLAÇÃO DO ARTIGO 241-A, DA  
LEI Nº 8.069/1990 DO ESTATUTO  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
(ECA).**

# 3

## TJMT e outros TJs



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DE MATO GROSSO



- CNJ edita regulamento do Prêmio Prioridade Absoluta
- Judiciário de Mato Grosso reforça ações do Programa Fazendo Justiça
- CNJ promove seminário on-line Pacto Nacional pela Primeira Infância
- Violência contra crianças e adolescentes: MT lança Protocolo Integrado de Atendimento
- Presidente do TJMT participa de seminário virtual sobre Pacto Nacional pela Primeira Infância
- Eventos sobre Adoção movimentam mês de maio
- Poder Judiciário reúne sistema de Justiça para falar de adoção na pandemia e Entrega Legal
- TJMT e Seduc se unem para combater abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes
- Palestrantes reforçam importância do debate sobre adoção e Entrega legal



## TJSP

➔ TJSP determina produção de provas em caso de maternidade socioafetiva

➔ TJ-SP mantém condenação da editora Panini por publicidade infantil em escolas

Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e atos infracionais é instituída no Poder Judiciário do Acre

Menor envolvida em tortura cumprirá medida socioeducativa de internação definitiva

## TJAC



## TJDFT

➔ Jurisprudência TJDFT - Informações acerca da rotina do filho em comum. Gastos corriqueiros. Verba alimentar. Prestação de contas. Legitimidade ad causam do genitor

➔ TJDFT define guarda compartilhada para pais residentes em países diferentes

## TJSC



Proteção de dados sensíveis para crianças e adolescentes será tema de live sobre LGPD

## TJRN

➔ CEIJ e GMF atuam na criação de programa para acompanhar adolescentes após medidas socioeducativas

## TJRJ

Jovens egressos do socioeducativo terão oportunidade como aprendizes





## TJCE

- ➔ Corregedoria da Justiça articula convênio para auxiliar na erradicação do Sub-Registro de Nascimento no Ceará

## TJRS



Depoimento Especial completa 18 anos. Nascido no RS, é lei nacional

## TJMA



- ➔ Empresa que comercializou passagens a menores desacompanhados deve indenizar mãe

- ➔ Bar suspeito de promover festas com participação de menores é interdito

## TJPB



Webinar em CG vai discutir uso de imagens nas redes sociais como forma de facilitar a adoção

CGJ se reúne com Ministério Público e estreita diálogo sobre as melhorias dos trabalhos na Infância

## TJMG



- ➔ Justiça determina tratamento especializado a nascitura

Judiciário aciona Interpol em caso envolvendo disputa por guarda de criança

## TJPA



Jurisprudência TJPA- Guarda compartilhada. Melhor interesse do menor. Guarda unilateral materna assegurado o direito de visitação paterno. Possibilidade

# 4

# Conselho Nacional do Ministério Público

## Notícias

- Evento “Redes Sociais e Pedofilia: diagnósticos e soluções”. Assista ao vídeo.
- CNMP veda a realização de sustentação oral em processos que tratam de conflitos de atribuição
- CNMP aprova proposta que regulamenta a atuação do Ministério Público na defesa de pessoas com deficiência que moram em instituições de acolhimento
- CNMP: Aprovada resolução que determina o registro dos inquéritos civis em sistema informatizado de controle





# Conselho Nacional de Justiça

## Notícias

- Família acolhedora: alternativa humanizada de proteção a crianças e adolescentes
- Comunidades tradicionais: tribunais indicarão comarcas para projeto de depoimento especial
- Violência contra crianças em pauta no Link CNJ do dia 29/4)
- Seminário debate ações e políticas para primeira infância na região Nordeste
- Roteiro inicial elenca temas de manual de depoimento especial de povos tradicionais
- Audiências com testemunhas ou partes deverão ser gravadas pela Justiça
- Foninj propõe três metas nacionais para infância e juventude em 2022
- Resolução altera composição do Fórum Nacional da Infância e da Juventude
- Podcast da Academia Brasileira de Letras debate leitura no cárcere
- Divulgado regulamento do Prêmio Prioridade Absoluta
- CNJ promove seminário on-line Pacto Nacional pela Primeira Infância
- Fazendo Justiça seleciona projetos para censo inédito de esporte e leitura em espaços de privação de liberdade
- CNJ reconhece lacuna normativa de sexo ignorado após pedido de providências do IBDFAM



# Notícias e Materiais Diversos

## Notícias

- **Dados revelam o impacto do racismo na infância**
- **Mães vacinadas contra Covid-19 passam anticorpos para bebês pelo leite**
- **Projeto cria recompensa para informante de violência contra crianças e adolescentes**
- **Aprovada lei DFT que proíbe crianças desacompanhadas em elevadores**
- **No Brasil, 2.083 crianças de até 4 anos morreram vítimas de agressão nos últimos 10 anos**
- **Assistam o evento on-line “A intervenção do MP em processos protetivos individuais: uma análise comparativa à luz da Convenção”, realizado no dia 23/04, pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL, em parceria com IBDCRIA-ABMP**
- **Na pandemia, abusos contra crianças crescem 12 vezes em São Paulo**
- **EVENTO IMPORTANTE - dia 28 de abril - Violência Institucional por Políticas de Silenciamento e a Luta por Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes na Escola**
- **Mês de Combate à Alienação Parental: 5 atualidades sobre o tema que você precisa saber**
- **Lei 14.138/2021: na ação de investigação, a recusa do parente consanguíneo do suposto pai de fornecer material genético para o exame de DNA gera presunção de paternidade**
- **Assistam o vídeo - Autonomia e juventude: conquistas e desafios de jovens egressos de serviços de acolhimento - IBDCRIA**
- **Brasil tem número insuficiente de delegacias de crimes contra crianças**

- **Projeto de lei que privilegia reinserção familiar em detrimento da adoção é vetado por Bolsonaro**
- **Especialista do IBDFAM comenta veto de Bolsonaro a projeto que privilegia reinserção familiar em detrimento da adoção**



## **Artigos**

- **Ação de Exigir Contas Alimentares: os desafios da nova interpretação**
- **Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes: proteção e livre desenvolvimento do menor cercados pela LGPD e responsabilidade parental**
- **O Ministério Público do século XXI. Escrito por Fernando da Silva Comin, Procurador-Geral de Justiça do MPSC**
- **“Depoimento Especial” de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: a experiência do Estado de Mato Grosso do Sul.**
- **A reconfiguração da família brasileira diante do contexto de pandemia, as relações entre pais e filhos, e as consequências da alienação parental**
- **O legado do assassinato do menino Henry: como a informação, a prevenção e a denúncia podem salvar vidas de crianças e adolescentes no Brasil**
- **O embrião e os alimentos gravídicos**
- **Artigo científico examina os novos paradigmas da filiação socioafetiva**
- **A nova lei de investigação de paternidade em parentes consanguíneos do suposto pai e o custeio da prova pericial**
- **O valor probatório do testemunho infantil no processo penal**
- **A reconfiguração da família brasileira diante do contexto de pandemia, as relações entre pais e filhos, e as consequências da alienação parental**

- **A lei 14.138/2021 e o exame de DNA dos parentes na ação de investigação de parentalidade, por Flávio Tartuce**
- **Filhos desmentidos e invisíveis: quando a alienação parental como defesa gera autoalienação parental**
- **Filho não é, nunca foi e jamais será visita**
- **Lei de Alienação Parental, qual o caminho, a revogação total, sua manutenção integral, sem modificações, ou o seu aperfeiçoamento?**
- **Uso da imagem infantil nas redes sociais: uma análise da exposição da imagem infantil como fonte de renda familiar e possíveis abusos**



## **Dispensa da obrigatoriedade do uso de máscara de proteção**

Considerando que a Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, estabeleceu diversas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, objetivando a proteção da coletividade;

Considerando também que a utilização obrigatória de máscaras pode provocar sofrimento ou crises em pessoas com deficiência nos casos em que a deficiência impossibilite ou dificulte excessivamente o seu uso, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial em que o uso da máscara represente barreira para a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

A Lei n. 14.019, de 02 de julho de 2020, alterou a Lei n. 13.979/2020, para incluir a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, inclusive em ônibus, aeronaves ou embarcações de uso coletivo e fretado, durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19 (Art. 3<sup>a</sup>-A, II da Lei n. 13.979/2020);

Sendo assim o **§7º, do Art. 3º-A, da Lei n. 13.979/2020 dispensa a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual** no caso de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), com deficiência intelectual, com deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado do equipamento de proteção, conforme declaração médica, que poderá ser obtida por meio digital, bem como no caso de crianças com menos de 3 (três) anos de idade;



**MPMT**

Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**CAO-INFÂNCIA E JUVENTUDE**

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

65 36112664

[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)



**Contato**

**[cao.infancia@mpmt.mp.br](mailto:cao.infancia@mpmt.mp.br)**